

Sociedade civil e democracia no Brasil: Crise e reinvenção da política

Miguel Darcy de Oliveira¹

Descrença na política e emergência de uma cultura cívica

Vinte anos após o restabelecimento da democracia no Brasil, vivemos um novo momento de transição. Velhos modelos e novas idéias se confrontam no imaginário da sociedade.

¹ Miguel Darcy de Oliveira é diretor executivo da Comunitas e coordenador no Instituto Fernando Henrique Cardoso do projeto Sociedade Civil e Democracia na América Latina. Fundador do Instituto de Ação Cultural (IDAC), seus temas prioritários de trabalho são o papel estratégico da sociedade civil e das novas tecnologias de informação na reinvenção da democracia e da política.

Crise política e, mais profundamente, crise da política coexistem com novas formas de participação dos cidadãos. Indignação com a corrupção, exasperação frente à violência, incivilidade e desesperança quanto ao futuro coexistem com a emergência de novos processos de participação e transformação social.

São tempos de incerteza, risco e perplexidade. Tempos também de criatividade, experimentação e reinvenção. Esta tensão entre o velho e o novo se sintetiza no seguinte paradoxo: descrença crescente e generalizada da população nas instituições políticas e, ao mesmo tempo, emergência de uma cultura cívica de diálogo e debate.

Stephen Coleman, da Universidade de Oxford, define a democracia contemporânea como “um encontro entre estranhos” na medida em que o relacionamento entre cidadãos e instituições políticas se caracteriza pela distância, opacidade, desconfiança e falta de respeito.

Os políticos estão convencidos que a população não sabe se exprimir; a população está convencida que os políticos não sabem ouvir. A persistência desta crise de legitimidade das instituições políticas abre caminho para regressões autoritárias e populistas que podem vir a se constituir numa ameaça ao próprio processo democrático.

Por outro lado, a emergência de uma cultura cívica de participação, argumentação e compreensão crítica aponta no sentido da reinvenção da política e de uma democracia enraizada no cotidiano das pessoas e na dinâmica de uma sociedade em constante movimento.

O papel estratégico da sociedade civil

A democracia – processo de construção coletiva e obra sempre inacabada – se expandiu e se fortaleceu significativamente no Brasil ao longo dos últimos vinte anos pela ação de uma sociedade civil vibrante e participativa.

Em sua multiplicidade e diversidade, as iniciativas de ONG, movimentos sociais, fundações e institutos, ampliadas por inúmeras redes, fóruns, alianças e coalizões, captam demandas emergentes, dão voz a novos atores, testam soluções inovadoras, pressionam governos e influenciam a opinião pública.

Este crescente protagonismo da sociedade civil é expressão da capacidade dos cidadãos de agir por si mesmos. A lógica da sociedade civil é a da liberdade, autonomia e diversidade. As iniciativas são tão variadas quanto as questões sociais e a energia de quem se mobiliza em torno delas.

A legitimidade das ONG não vem de um mandato eletivo nem de uma representatividade decorrente do número de seus membros; vem das causas que promovem e das ações que empreendem. As organizações e movimentos da sociedade civil são o que fazem: suas idéias, valores, mensagens, propostas e realizações. O poder da sociedade civil é de uma natureza *soft*. Não é o de decidir ou impor, mas sim o de experimentar, inovar, denunciar, propor, persuadir e influir.

Na sociedade civil não há instâncias de controle nem unanimidade sobre o que fazer. Não é preciso pedir licença a ninguém para agir. Tampouco há hierarquia pré-estabelecida de prioridades. Não há nem poderia haver uma instância de regulação capaz de dizer se uma determinada causa é mais ou menos importante que outra.

Em regimes autoritários, a sociedade civil, enquanto espaço de liberdade e de participação, se contrapõe ao Estado. Na democracia, a relação não é de oposição nem de subordinação. Seu fortalecimento não é causa nem consequência do enfraquecimento do Estado. Mais sociedade civil não quer dizer menos Estado. A sociedade civil existe por si.

Enquanto construção dos cidadãos, a sociedade civil tem suas raízes no privado. Porém, do mesmo modo que público não é sinônimo de estatal, privado tampouco é sinônimo de mercado. Ao investir energias, competências e recursos privados em atividades de interesse público, o protagonismo da sociedade civil quebra a polaridade entre público e privado.

A sociedade civil não é homogênea. Não é um “mundo do bem”, guiado por valores puros e nobres, em contraposição aos “males” do Estado e do mercado. Enquanto arena de debate, a sociedade civil é atravessada pelos conflitos e controvérsias presentes na sociedade.

Neste sentido, a própria expressão “sociedade civil organizada”, até bem pouco tempo celebrada como estágio mais elevado de consciência política, envelheceu e soa hoje como um anacronismo.

A participação dos cidadãos não é organizável e, em certo sentido, é precisamente nesta desorganização – reflexo da crescente fragmentação do mundo contemporâneo – que reside sua força. Qualquer tentativa de apropriação deste espaço necessariamente aberto por um ator social ou projeto político – pretensão ilusória e condenada ao fracasso – vai de encontro à sua irreduzível liberdade e autonomia.

Há quem veja na pluralidade de iniciativas, atores e temáticas um risco de fragmentação e dispersão de ener-

gias que dificulta ou mesmo inviabiliza a elaboração de uma visão de conjunto da sociedade e a formulação de uma estratégia comum de transformação social.

A tendência à fragmentação parece inexorável; o que não impede ou bloqueia o processo de transformação da sociedade, mas faz com que ele se dê por novos caminhos mais fluidos e impalpáveis.

Não há mais uma grande narrativa capaz de unificar a ação dos atores sociais.

A sociedade civil não é nem pode ser um partido político com uma proposta de poder. Não tem nem pode ter uma estratégia uniforme e acabada de transformação social.

Sua face mais visível é a de um conjunto de organizações e movimentos, mas é bem mais que esta vertente organizacional ou organizada. Sociedade civil organizada é uma idéia velha na medida em que não dá conta de três fenômenos que caracterizam a sociedade contemporânea:

- a afirmação como ator social de um “novo indivíduo” capaz de pensar e decidir por juízo próprio;
- o protagonismo crescente de uma opinião pública que se informa, delibera, toma posição e influi;
- a abertura pela mídia e pelas novas tecnologias de informação de um ambiente inédito para a formação de opiniões, comunicação e debate.

A emergência do indivíduo como ator social

Na sociedade contemporânea, as pessoas tendem a ser mais “inteligentes”, “rebelde” e “criativas” do que no passado, na medida em que são constantemente chamadas a elaborar juízos de valor e a fazer escolhas, quando antes havia

apenas conformação a um destino pré-estabelecido. Essa maior capacidade das pessoas de pensar seguindo o próprio arbítrio, formular juízos de valor e decidir por si mesmas é consequência do declínio das diversas formas de autoridade fundadas na religião ou na tradição.

Antes o destino estava pré-determinado. Hoje cada um escolhe e constrói o que quer ser através de múltiplas decisões. Cada um de nós em nossa vida cotidiana, inclusive na esfera íntima, se vê confrontado a escolhas que não estão mais normatizadas por uma autoridade incontestada nem tampouco reguladas pela lei.

A experiência do corpo e da sexualidade, a decisão de casar ou não casar, manter o casamento ou optar pela separação, ter ou não ter filhos, interromper ou não uma gravidez indesejada, exercer o direito de morrer com dignidade, todo esse conjunto de questões está em aberto e é objeto de deliberação e escolha. A própria preservação da relação amorosa exige de cada parceiro atenção e cuidado constante com o outro, que é também um sujeito dotado de desejos, vontades e capacidade de escolha própria.

No passado, tradição e religião determinavam identidades que eram destinos. Hoje a identidade se constrói pelas escolhas que cada um faz. Cada um busca ser o que é. Mas na sociedade contemporânea cada um, como diria Fernando Pessoa, é muitos. As identidades são múltiplas e fluidas como é múltiplo e fluido o repertório de experiências e pertencimentos.

Em tempos de colapso das grandes narrativas e projetos totalizantes, a emergência deste indivíduo que pensa, delibera e decide é um fenômeno que precisa ser entendido e valorizado em sua capacidade de revitalizar a democracia e a política.

Alain Touraine observa que “o espaço público está se esvaziando por cima e se preenchendo por baixo”. Esta formulação capta com acuidade o duplo fenômeno de esvaziamento da política – incapaz de lidar com os problemas globais – e de exercício do indivíduo, com um crescente poder de escolha e decisão sobre questões que afetam diretamente sua vida e seu futuro.

É hora de superar velhos e arraigados preconceitos contra o individual e o pessoal entendidos como negação do social e do coletivo. Cada um se constrói como sujeito e cidadão na resistência que opõe ao que nega sua liberdade e na busca incessante de dar sentido à própria vida. Essa construção não pode se dar no vazio. Cada um só pode ser o que quer ser na interação com os outros.

Estamos diante de uma nova articulação entre vida pessoal e debate público, responsabilidade individual e coletiva, liberdade e solidariedade. O processo de construção de si é inseparável da dinâmica de transformação social.

A emergência da opinião pública e a abertura de novos espaços para a formação e comunicação de opiniões

Cidadãos capazes de pensar por juízo próprio, de deliberar e tomar posição estão na base de um segundo fenômeno de grande significado para a construção de uma política aberta e uma democracia no cotidiano: a emergência de uma opinião pública com crescente poder de influência no debate público.

A exemplo da emergência do indivíduo como ator, o surgimento de uma opinião pública informada e participante é um fenômeno recente e global que vem se exprimindo com grande força no Brasil contemporâneo.

Manuel Castells foi um dos primeiros a chamar a atenção para a mudança representada pela transição de uma esfera

pública ancorada nas instituições políticas para uma esfera pública estruturada em torno ao sistema de comunicação.

A voz dos cidadãos se faz ouvir cada vez mais por meio das manifestações espontâneas da opinião pública. As pessoas se informam, elaboram juízos de valor e tomam posição sobre questões de interesse público com base no debate e deliberação que ocorrem nos espaços abertos pelos meios de comunicação e pelas novas tecnologias de informação.

Na sociedade contemporânea, cada vez mais as pessoas elaboram seus pontos de vista, opiniões e escolhas com base no que vivem e vêem. Se a visão e a vivência não têm relação com as mensagens dos políticos, o resultado inexorável é a descrença e perda de confiança.

A oposição global à guerra do Iraque, justificada com base em informações inverídicas, e a reação exemplar do povo espanhol, impondo sanção ao governo Aznar por sua tentativa de manipulação da informação sobre a autoria do atentado de Madri em março de 2004, são dois exemplos recentes e eloqüentes da exigência de verdade enquanto valor político primordial.

O outro lado da exigência de verdade é a capacidade da população de perceber e recusar os gestos demagógicos, as falsas soluções, as promessas e palavras vazias, as abordagens simplistas de problemas complexos.

O resultado surpreendente do referendo de outubro de 2005 sobre a proibição do comércio de armas e munições também pode ser compreendido à luz dos fenômenos que estão sendo discutidos aqui: o poder da Internet como ambiente para a formação de opiniões e a capacidade do cidadão de pensar conforme juízo próprio, confrontar pontos de vista, deliberar e tomar posição.

O debate em torno ao desarmamento mostrou o grande potencial da Internet enquanto espaço de comunicação horizontal. Inúmeros grupos e indivíduos expuseram livremente seus pontos de vista, muitas vezes numa linguagem bem mais simples e direta do que a usada em textos escritos. Inesperadamente um fórum de idéias se abriu à contribuição de múltiplos participantes. Uma determinada opinião não tinha mais peso ou autoridade do que outra. Não havia instância de controle do que podia ou não ser dito, do que era ou não politicamente correto. O debate se instalou e se irradiou com grande velocidade.

Blogs e comunidades virtuais foram criados do dia para a noite. Amigos e colegas trocaram *emails* sobre os pontos de vista em discussão. Idéias foram confrontadas numa grande conversação que se prolongou nos ambiente de trabalho, na família, nos espaços de lazer. Gente que habitualmente pensava do mesmo modo se via agora defendendo posições conflitantes. Apelos emocionais e argumentos simplistas foram questionados. Cada um se viu diante do desafio de elaborar, sustentar e, eventualmente, modificar sua opinião.

Na Espanha como no Brasil, os cidadãos estão demonstrando que, por conta própria, podem ser muito mais criativos e inovadores do que os políticos no manejo das novas tecnologias. A sociedade é aparentemente menos organizada e organizável, porém mais conectada e interativa. Nesse sentido, a Internet e o sistema de mídia como bens públicos adquirem uma importância estratégica para a democracia contemporânea.

George Papandreou, líder do partido PASOK na Grécia, afirma que as pessoas querem uma nova relação com o poder. Por se sentirem mais livres e autônomas em sua vida

cotidiana, querem também ser respeitadas em sua capacidade de entender problemas, tomar posição e agir.

Os cidadãos não se contentam mais com a posição de receptores passivos de mensagens e palavras de ordem. Não querem ser espectadores e sim atores. Querem falar e ser ouvidos. Querem que a verdade lhes seja dita de forma clara e querem ter certeza que sua contribuição será levada em conta.

Na história recente brasileira há vários exemplos de situações em que os cidadãos mostraram que são plenamente capazes de entender problemas complexos, acolher argumentos, superar preconceitos e dar respostas inovadoras.

A campanha pelas diretas, a mobilização pelo *impeachment* de Collor, o engajamento massivo dos cidadãos na campanha de combate à fome lançada por Betinho, o apoio popular ao Plano Real, a parceria entre governo e sociedade na luta contra a AIDS, a mudança dos padrões de consumo de energia em resposta ao risco de “apagão”, todos estes exemplos exprimem, para além da especificidade de cada situação, uma mesma mensagem: quando se respeita a inteligência das pessoas, quando se explica o que está em jogo, quando se faz um apelo com credibilidade à sua criatividade e solidariedade, a resposta tende a ser a mais ampla possível.

O grande desafio para uma nova política não é, portanto, a desinformação ou apatia da população, e sim, a incapacidade – ou, pelo menos, a extrema dificuldade – dos políticos de entender, respeitar e confiar na capacidade dos cidadãos.

Um novo perfil de sociedade

Em sistemas abertos e complexos – como a sociedade brasileira –, a ordem não se impõe de cima para baixo a partir de uma instância central de comando e controle. Tampouco a transformação se implementa segundo estratégias uniformes e pré-estabelecidas.

A mudança é um processo constante que ocorre simultaneamente em múltiplos pontos. Ações pioneiras, experiências inovadoras, projetos exemplares, articulações imprevistas se irradiam com grande velocidade.

Essas iniciativas e interações descentralizadas produzem um impacto sobre o sistema como um todo, gerando uma massa crítica de novas idéias, mensagens, propostas, conhecimentos e experiências. Agentes locais, experimentadores sociais, conectores e comunicadores amplificam e retransmitem as inovações numa dinâmica contínua de experimentação, aprendizado, correção, reorganização e expansão.

Reconhecer esses novos processos de participação e transformação não implica em sua idealização. Liberdade e autonomia coexistem com maior incerteza e risco. Desigualdade, exclusão e violência geram desesperança e anomia. Nem todas as emergências têm sinal positivo. Entender o sentido desses novos processos que contrastam fortemente com os antigos modelos, centralizados e centralizadores, é um desafio para os atores sociais e políticos.

A rearticulação do sistema político com as novas formas de cultura cívica e participação cidadã passa por múltiplos caminhos, que implicam a consideração do que pensam os cidadãos, a realização de prévias para a escolha de candidatos (*“open politics”*), as experiências inovadoras de demo-

cracia participativa mediante a expansão de procedimentos deliberativos de consulta e tomada de decisão pela população (*"deliberative democracy"*).

Novos atores e processos suscitam novas questões, como o questionamento do papel das estratégias e projetos de transformação social em sistemas abertos nos quais o poder está em múltiplos lugares e a mudança é um processo contínuo e descentralizado. Ou sobre a capacidade das novas dinâmicas de participação de preencher o vazio de sentido e gerar valores, esperança e perspectiva de futuro.

Os argumentos deste texto são um convite ao debate e ao investimento na construção de alternativas.